

Mesmos fatos, percepções diferentes

Rogério L. Furquim Werneck*

Assim é se lhe parece. A complexidade do atual quadro econômico e político do País comporta duas percepções bem distintas da realidade dos fatos. O primeiro olhar, confiante, enxerga um governo mais pragmático, empenhado em manter um círculo econômico virtuoso que se afigura a cada dia mais promissor. O olhar alternativo é bem mais cético quanto ao pragmatismo do governo, ao percebê-lo ainda aferrado a um ideário econômico arcaico e enredado nas dificuldades de assegurar uma articulação funcional e estável com um Congresso fisiológico de centro-direita.

As constatações do olhar confiante são bem conhecidas. O governo vem conseguindo tramitar no Congresso um novo arcabouço fiscal que reduz o risco de cenários extremos de descontrole súbito das contas públicas. E, tendo sabido refrear sua irritação com o Banco Central, poderá colher, afinal, os benefícios de um relaxamento ordenado da política monetária, num quadro de inflação sob controle, com a economia em expansão.

O avanço da “pauta do País” no Congresso tem contribuído para reforçar a percepção de melhora de perspectivas na economia, como bem mostram as reavaliações de agências de classificação de risco. Embora a consolidação da articulação com Arthur Lira e o Centrão prometa ser trabalhosa, tudo indica que, em breve, o governo poderá contar com uma base de apoio bem mais funcional e confortável no Congresso.

Já o olhar cético parte da constatação de que, na contramão da consolidação fiscal que se esperava, o que o governo vislumbra é um amplo e ostensivo programa de expansão fiscal, bancado, em parte, por vultosos aumentos “a definir” de receita e, em grande parte, por um salto no endividamento público de mais de 10 pontos percentuais do PIB ao longo do atual mandato presidencial. Uma tremenda farra fiscal.

Elevação de carga tributária, expansão de gastos e dívida pública em rápida ascensão não compõem exatamente a melhor receita para que o País retome a trilha do crescimento sustentável, com grau de investimento.

A mobilização permanente do governo com a extração, a qualquer custo, de centenas de bilhões de reais de arrecadação adicional amplificará incertezas que já vêm cerceando decisões de investimento. E envenenará o debate e a tramitação da reforma tributária.

Com a saída de cena do teto de gasto, serão restauradas regras de vinculação de gastos com saúde e educação à receita. Some-se a isso o novo piso para o investimento público e a forte elevação de dispêndio com benefícios previdenciários e folha de pessoal, que

admirará da restauração da concessão de reajustes superiores à inflação ao salário-mínimo e ao funcionalismo.

O que se teme é que, a menos que possa contar com aumentos colossais de receita, o governo logo se veja obrigado, já em 2024, a comprimir outros gastos primários para respeitar os novos e frouxos limites de dispêndio fixados pelo arcabouço.

É por isso que a chamada ala política do governo não tem poupado críticas ao novo arcabouço fiscal. E é bom ter em mente que o líder incontestado da ala política do governo continua a ser o próprio presidente Lula.

Em áreas que não foram blindadas pelo Congresso, a restauração de ideias equivocadas avança a olhos vistos, como bem ilustra o que agora vem ocorrendo na Petrobras. A agressividade do discurso de Lula contra o Banco Central não deixa margem a dúvidas sobre sua inconformidade com a autonomia da instituição. Com que independência *de facto* poderá atuar o BC a partir de 2025?

O Planalto tem-se mostrado incapaz de estabelecer uma articulação estável e funcional com o Congresso. A cada dia mais irritado com o poder desmesurado da Câmara e o “parlamentarismo sem primeiro-ministro”, o governo continua tentando negociar com partidos e não com o “amontoado que eles chamam de Centrão”. Nada fácil.

É importante, no mínimo, sabermos mesclar esses dois olhares tão distintos, para nos protegemos de excessos de certeza sobre possíveis desdobramentos do complexo quadro econômico e político que hoje se vê no País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.